

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América Latina
en el siglo XXI

As Reformas Trabalhista e Sindical nos Governos Cardoso e Lula

Naiara Dal Molin (autora)

Elias Medeiros Vieira (co-autor)

A longevidade da estrutura sindical brasileira de viés corporativista e as reformas neoliberais realizadas na América Latina e no Brasil a partir dos anos 1990 têm suscitado o debate sobre a necessidade de realização das reformas trabalhista e sindical. O objetivo do trabalho é analisar as propostas de reformas trabalhista e sindical nos governos Cardoso e Lula e os conflitos e consensos provocados nessas discussões. A pesquisa incluiu a análise sistemática das alterações ocorridas nas legislações que regulam as relações individuais e coletivas do trabalho nos governos Cardoso e Lula e analisou a posição das centrais sindicais: CUT, CGT e Força Sindical sobre as reformas. O estudo permite concluir que a manutenção da estrutura sindical brasileira, apesar das alternativas de reformas que têm sido propostas, deve-se, especialmente, à experiência das reformas neoliberais ocorridas na América Latina e no Brasil no período, com a consequente perda dos direitos trabalhistas, o que sustou o ímpeto “reformista” inicial das centrais sindicais.

A estrutura sindical brasileira de viés corporativista já dura quase oitenta anos e teve início com o decreto-lei nº 19770 de 1931. Quase tão antiga quanto essa estrutura são as críticas que se fazem a ela. Nessas oito décadas de existência, houve várias tentativas de mudá-la ou reformá-la.

Em período mais recente, a estrutura corporativista do sindicalismo brasileiro foi duramente criticada pela corrente do Novo Sindicalismo, surgida no ABC paulista e consolidada na luta pela democracia, no período final da Ditadura Civil-Militar, e que se notabilizou através das greves operárias de 1978 a 1980. Como tem sido observado, apesar das críticas à estrutura sindical corporativista, o Novo Sindicalismo acomodou-se a essa estrutura e assumiu a direção de vários sindicatos oficiais. Para Maria Hermínia Tavares de Almeida (1996), a opção pelo sindicalismo oficial trouxe vantagens, pelo fato de ter poupado as associações de uma luta difícil pelo reconhecimento de representação perante o governo e patronato. Facilitou a interlocução com o empresariado, que preferia os canais e procedimentos já conhecidos para negociar com os trabalhadores, e uniu o destino das correntes conservadoras à continuidade do sistema corporativista.

Durante o período analisado neste trabalho, os governos Cardoso e Lula (1995 a 2010), vários aspectos da legislação trabalhista foram alterados, como a remuneração, o tempo de trabalho e as formas de contratação, com o objetivo de flexibilizar as relações de trabalho, dentro da lógica neoliberal em voga.

O objetivo mais geral a que se propõe o presente estudo é o de analisar as propostas de reformas trabalhista e sindical brasileira nos governos Cardoso e Lula (1995 a 2010), e os conflitos e consensos provocados nessas discussões envolvendo, especialmente, governo e trabalhadores. O foco original da presente análise está nas relações coletivas de trabalho, ou seja, a reforma sindical. Contudo, por entender a interconexão entre relações individuais e coletivas de trabalho, e pelo fato da reforma trabalhista e sindical ter sido desmembrada apenas no governo Lula na maior parte do trabalho faz-se referência às reformas trabalhista e sindical.

A análise permitirá também situar a estrutura sindical brasileira frente às reformas trabalhista e sindical no contexto das reformas do Estado ocorridas na América Latina sob a égide do modelo neoliberal implantado a partir da década de 1990, bem como analisar o posicionamento dos principais atores envolvidos na reforma sindical em relação à unicidade sindical, pluralidade, autonomia dos sindicatos, direito de greve, contribuição sindical nos governos Cardoso e Lula.

A hipótese central desse trabalho afirma que a manutenção da estrutura sindical brasileira, apesar das alternativas de reformas que tem sido propostas, deve-se, principalmente, à experiência das reformas neoliberais ocorridas na América Latina e no Brasil no período e a consequente perda de direitos trabalhistas, que sustou o ímpeto “reformista” das centrais sindicais.

A hipótese central é secundada por duas hipóteses: a primeira sustenta a ideia de que o Novo Sindicalismo, ao criticar a estrutura sindical corporativista e o próprio Estado Corporativista, propor a negociação direta entre trabalhadores e empresários e defender, no plano teórico, a liberdade sindical, abriu caminho para a penetração de práticas neoliberais nas relações trabalhistas no Brasil; a segunda hipótese afirma que as reformas levadas a efeito nos governos Cardoso e Lula tiveram como resultado prático maiores alterações na legislação trabalhista do que na legislação sindical. Isto pelo empenho de Cardoso em realizar a reforma trabalhista, essencial no programa mais amplo de reforma do Estado, e do frágil consenso em torno da reforma sindical no governo Lula, que não permitiu sua aprovação.

Para realizar o estudo analisam-se os caminhos percorridos pelas reformas trabalhista e sindical no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e as repercussões dessas reformas na estrutura sindical brasileira. Abordam-se as principais alterações nas legislações individual e coletiva do trabalho sob o impacto das reformas neoliberais do período. Serão analisadas também as posições dos trabalhadores, através das centrais sindicais, CUT, CGT e Força Sindical e do Estado em relação à reestruturação produtiva, às mudanças na legislação trabalhista e sindical brasileira e os reflexos destas mudanças na estrutura sindical.

Em relação ao período do governo Lula, utiliza-se os documentos do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), como o Relatório Final da Reforma Sindical (2004), os relatórios das doze reuniões da Comissão de Sistematização do FNT. Também se utiliza o documento “Reforma Sindical e Trabalhista – Relatório consolidado – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social” (2003), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 369/05 de Reforma Sindical e o Anteprojeto de Lei que a acompanha, bem como o Anteprojeto de Lei do Fórum Sindical de Trabalhadores (FST, 2004).

Da mesma forma serão analisados os caminhos percorridos pelas reformas trabalhista e sindical no governo Lula e as repercussões que essas reformas trarão para a estrutura sindical brasileira e as principais alterações nas relações individuais e coletivas

do trabalho. As reformas trabalhista e sindical serão discutidas no contexto do Fórum Nacional do Trabalho e suas proposições para a reforma sindical. Serão analisadas, ainda, as posições dos trabalhadores, através das centrais sindicais, e do Estado em relação às mudanças na legislação sindical brasileira, bem como os reflexos destas mudanças na estrutura sindical.

A pesquisa comparativa entre as principais alterações na legislação que regula as relações individuais do trabalho (legislação trabalhista) e as relações coletivas do trabalho (legislação sindical) nos governos Cardoso e Lula (1995 a 2010), é realizada tendo por base a legislação sobre o tema. As posições dos governos Cardoso e Lula sobre o tema são analisadas através dos projetos de lei concebidos pelo Executivo e pelo Legislativo bem como pelas medidas legais aprovadas. Na esfera sindical, centra-se a análise no posicionamento das três centrais mais relevantes: CUT, CGT e Força Sindical, tendo em vista que apresentam posições diferenciadas em relação a várias questões relativas às reformas trabalhista e sindical. Inicialmente, acompanham-se as concepções de estrutura sindical definidas por cada uma das centrais, destacando as críticas dirigidas ao corporativismo que ainda norteia a organização sindical brasileira.

Compara-se, também, o posicionamento das centrais em relação às mudanças introduzidas na legislação do trabalho no período estudado. Finalmente, procura-se verificar os projetos de mudança que ocasionalmente sejam elaborados pelas centrais sindicais, relativos à legislação trabalhista e sindical, e sua reação às propostas e ações governamentais e patronais. Para realizar este estudo, utilizam-se documentos internos, resoluções congressuais e, ocasionalmente, intervenções de suas lideranças retratadas pela imprensa.

Após este estudo podemos concluir que o período dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995 a 2010) foi de perdas e incertezas para o movimento sindical brasileiro. Conforme procurou-se evidenciar ao longo do trabalho, muitas garantias trazidas pela Constituição de 1988 aos trabalhadores brasileiros foram perdidas, com repercussão nas normas infraconstitucionais, principalmente na CLT em relação aos trabalhadores da iniciativa privada e na Lei 8.112/90 em relação aos servidores públicos federais.

As centrais sindicais se vêem acuada neste contexto, perdem boa parte de sua base de filiados com o desemprego estrutural e a reorganização produtiva. Cresce o trabalho informal que não está “representado” pelos sindicatos, e com isso põe em

cheque até mesmo o papel de representação dos sindicatos no mundo do trabalho em constante transformação.

É neste sentido que se entende a atitude cautelosa das centrais sindicais diante das propostas de reformas trabalhistas e sindicais. Mesmo a PEC 369/05, uma proposta relativamente modesta em termos de mudanças nas relações coletivas de trabalho é vista com grande desconfiança, e o frágil consenso trazido pelo Fórum Nacional do Trabalho logo se dissipa.

Ao analisar as falas dos dirigentes sindicais, percebe-se que o pluralismo restrito proposto pela PEC 369/05 é criticado pelo fato de que pode trazer a fragmentação dos sindicatos. Já a negociação coletiva é vista com desconfiança porque pode levar à prevalência do negociado sobre o legislado e com isso, gerar mais perdas para os trabalhadores. Isso porque, num sistema de livre negociação as perdas seriam maiores nos setores menos organizados e com menor poder de pressão.

Dito de outra forma, o ímpeto reformista das centrais sindicais fora sustado pela experiência das reformas neoliberais na América Latina e no Brasil e pelo processo de reestruturação produtiva que lhe deu suporte. Percebe-se através das falas dos dirigentes sindicais que na dúvida é melhor não mudar, ou mudar apenas superficialmente.

As reformas trabalhistas aprovaram dispositivos que facilitaram a dispensa do trabalhador e impuseram novas modalidades de contrato de trabalho que substituíram o contrato por tempo indeterminado, por contrato por tempo determinado, contrato em tempo parcial e permitiram a suspensão do contrato de trabalho por determinado tempo.

O Governo Fernando Henrique Cardoso faz a denúncia da Convenção nº 158 da OIT, em 1996, relativa ao término da relação de trabalho por iniciativa do empregador que havia sido ratificada e promulgada meses antes. O Governo Lula não fez nada no sentido de alterar essa situação.

As centrais sindicais adotam, então, uma atitude defensiva em relação às mudanças advindas da reestruturação produtiva, inclusive, tomando parcialmente para si os problemas daí decorrentes, como o desemprego. Elas passam a organizar programas de qualificação do trabalhador, utilizando-se das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador e propõem em seus documentos possíveis saídas para o desemprego.

A CUT que historicamente defendeu as bandeiras do pluralismo sindical e do fim do imposto sindical como forma de combater a velha estrutura corporativista, dá um passo atrás e pactua a “reforma possível” no Fórum Nacional Do Trabalho, aceitando o

pluralismo limitado e a possibilidade da intervenção do Estado nas relações capital/trabalho através da certificação de representatividade das entidades sindicais.

Pode-se dizer que num certo sentido a CUT, herdeira do Novo Sindicalismo, se dá conta que ao criticar a estrutura sindical corporativista e o próprio Estado corporativista no passado, ao propor a negociação coletiva e ao defender no plano teórico a liberdade sindical, abriu caminho para a penetração de práticas neoliberais nas relações trabalhistas no Brasil.

Nesse momento de perdas de direitos, as centrais sindicais, as confederações e as correntes sindicais que eram favoráveis à intervenção do Estado na mediação nas relações laborais e a uma legislação minimamente protetora do trabalho reafirmaram a sua posição, como é o caso da CGT, da CSC e das Confederações de Trabalhadores.

A Força Sindical é liberal na defesa da negociação direta entre patrões e empregados, mas defende a estrutura sindical corporativista através da manutenção da unicidade sindical e das contribuições obrigatórias.

Acredita-se, portanto, que a manutenção da estrutura sindical se deve à experiência das reformas neoliberais ocorridas na América Latina e no Brasil, acarretando a perda dos direitos trabalhistas e sustando o ímpeto reformista de algumas das principais correntes sindicais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CGT. 4º. Congresso Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores. **Boletim do DIEESE**, São Paulo, v. 15, n. 181, 1996.

_____. **Teses aprovadas no 5º Congresso Nacional da CGT**. São Paulo, jun. 1997.

CUT. **Jornal da CUT, nº. 1**: Resoluções do 1º Concut, 1984.

_____. Resoluções do 2º. Congresso. **Caderno especial**, ago. 1986.

_____. Boletim Nacional, n. 21. **Edição especial sobre as Resoluções do 3º Concut**. São Paulo, 21 set. 1988.

_____. **Estrutura sindical (uma contribuição para o debate)**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação/Secretaria Nacional de Política Sindical, 1989.

_____. **Contrato coletivo de trabalho e contratação coletiva articulada**. Centro de Assessoria Jurídico-Social, 1990 (a).

_____. **7ª Plenária Nacional**: textos para debate. São Paulo: set. 1994.

_____. 10ª Plenária Nacional. **Cadernos de teses**. São Paulo, maio de 2002.

_____. **11ª Plenária Nacional da CUT**. São Paulo, 2005.

Força Sindical. **Revista da Força Sindical**. Ano I, n 1. Edição histórica. Congresso Nacional de Fundação, jun. 1991.

_____. **Perspectivas para uma nova ação sindical em uma nova ordem política, econômica e social**. São Paulo, out. 1998.